



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA 2			
EVENTO: Eleição	REUNIÃO Nº: 1365/16	DATA: 09/11/2016	
LOCAL: Plenário 7 das Comissões	INÍCIO: 14h38min	TÉRMINO: 15h49min	PÁGINAS: 21
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
Eleição do Presidente e Vice-Presidentes.			
OBSERVAÇÕES			
Há palavra ou expressão ininteligível. Houve intervenção inaudível.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, convocada pelo Presidente da Casa, nos termos regimentais, para a eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos relativos à Fundação Nacional do Índio — FUNAI e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, nos termos que especifica (CPI — FUNAI e INCRA 2).

Esclareço que coube a mim assumir a Presidência dos trabalhos, nos termos do art. 39, § 4º, do Regimento Interno.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da primeira reunião e, assim sendo, indago se há necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

Não havendo, coloco em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Esclareço aos Srs. Parlamentares as regras que nortearão os trabalhos.

A eleição dos membros da Mesa desta Comissão far-se-á em votação por escrutínio secreto e pelo sistema eletrônico, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão — 15 Deputados —, conforme determina o art. 7º do Regimento Interno, aplicado à situação presente.

Será eleito, em primeiro escrutínio, o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos dentre o total de votantes.

Peço aos Srs. Deputados que permaneçam no recinto da Casa.

As seguintes candidaturas serão submetidas a votos dos membros desta Comissão: para Presidente, o Deputado Alceu Moreira; para 1º Vice-Presidente, o Deputado Luis Carlos Heinze; para 2º Vice-Presidente, o Deputado Mandetta; e, para 3º Vice-Presidente, o Deputado Nelson Marquezelli, do PTB de São Paulo.

Na urna eletrônica constarão as seguintes opções de voto: chapa oficial dos candidatos; voto em branco.

O Parlamentar deverá digitar seu código. Nesse momento, aparecerão na tela as opções de voto para que ele faça sua escolha. Uma vez confirmado o voto, ele não poderá ser alterado.



Lembro, ainda, que a chapa fruto do acordo será eleita se alcançar, em primeiro escrutínio, maioria absoluta de votos.

Informo que, a partir do momento da abertura da votação, novas alterações na composição da Comissão somente serão consideradas após o término da votação.

Como eu sou candidato a ocupar a 3ª Vice-Presidência, passo a Presidência ao Deputado Valdir Colatto.

Está aberta a votação.

(Processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Lembro que a chapa é: para Presidente, o Deputado Alceu Moreira, do PMDB do Rio Grande do Sul; para 1º Vice-Presidente, o Deputado Luis Carlos Heinze, do PP do Rio Grande do Sul; para 2º Vice-Presidente, o Deputado Mandetta, do DEM de Mato Grosso do Sul; e, para 3º Vice-Presidente, o Deputado Nelson Marquezelli, do PTB de São Paulo.

A chapa fruto do acordo é única, e sua composição está à disposição dos Deputados que irão votar.

A urna teve um problema técnico e ainda não está disponível. *(Pausa.)*

Tudo está o.k.? Deu para votar? Está confirmado?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Ainda não. *(Pausa.)*

Deu? O.k., então. Pode começar a votação.

(Processo de votação.)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Nós tínhamos a informação — eu dei uma olhada no sistema da própria Câmara — de que o quórum desta Comissão é de 16 membros. Mas a votação iniciou-se quando o painel estava registrando a presença de 15 membros da Comissão. Nós, inclusive, fotografamos o horário em que foi iniciado o processo de votação. Segundo a informação que temos, o quórum aqui é de 16 Deputados, mas iniciou-se a votação quando estava registrado o quórum de 15 Parlamentares nesta Comissão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Acolhemos o argumento do Deputado Nilto Tatto, segundo o qual, para início da sessão, são necessárias 15 presenças, e para início da votação, é preciso haver 16 Deputados. Então, fica registrado o seu pedido. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Ele está questionando a votação. A votação começou com 15. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Tudo bem, isso já há uma explicação. Eu estou entendendo que isso tem uma explicação.

Nós, evidentemente, temos o direito de recorrer. O Presidente está dizendo que vai seguir em frente com a votação, e o que nos resta, novamente, é recorrer à Mesa da Câmara, se o entendimento for diferente da Presidência da Comissão. Então, eu acho que não há sentido em continuarmos a discussão, porque a Presidência já disse que está correto o entendimento adotado na Comissão. Nós temos uma interpretação diferente. Se persistir essa interpretação, nós vamos recorrer novamente à Mesa da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Deputado, o art. 50 diz: “Os trabalhos das Comissões serão iniciados com a presença de pelo menos metade dos seus membros, ou com qualquer número, se não houver matéria sujeita à deliberação”. Então, no início, estava presente a metade dos seus membros, 15. Na votação precisa haver 16. Não quer dizer que, no início da votação, os 16 tenham que estar aqui. Inclusive, com certeza, há Deputados presentes que não registraram sua presença. Então, isso está resolvido.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, volto a informar que eu talvez não tenha entendido direito. Por isso, nós vamos recorrer à Mesa da Câmara.

Iniciou-se um processo de deliberação na Comissão, que é a eleição dos membros da Mesa, a eleição do Presidente. Então, a Presidência — eu só estou falando — já deu a sua explicação. Nós temos a dúvida ainda e temos o direito à dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Com certeza.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Se persistir a dúvida — evidentemente, eu não vou convencer a Presidência agora, porque a Presidência já tem uma convicção —, nós vamos recorrer à Mesa da Câmara, se persistir a nossa dúvida.



É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - V.Exa. tem o direito de recorrer, e assim o faça se quiser.

Deputado Nilson Leitão, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, eu só quero deixar claro que já fizemos várias reuniões como esta. São necessários 15 membros para iniciar qualquer reunião. Agora, para eleger o Presidente e toda a Mesa Diretora, é preciso haver 16 votos. Isso é muito claro no nosso Regimento. Então, não há dúvida sobre isso, e o direito de recorrer todo mundo tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Esse é o entendimento da Presidência. Por isso, nós o acatamos.

Peço à Deputada Tereza Cristina que assuma a Presidência, para que eu possa exercer meu direito de voto.

(Processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Está encerrada a votação.
(Pausa.)

Vamos fazer a apuração.

Resultado: 17 votos “sim”, nenhum voto contrário.

Está eleita a chapa para presidir esta Comissão.

Foram eleitos: para Presidente, o Deputado Alceu Moreira; para 1º Vice-Presidente, o Deputado Luis Carlos Heinze; para 2º Vice-Presidente, o Deputado Mandetta; para 3º Vice-Presidente, o Deputado Nelson Marquezelli.

Declaro empossados os eleitos e convido o Deputado Alceu Moreira, eleito Presidente, para assumir a Presidência da Comissão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Quero convidar os Vice-Presidentes que estiverem presentes para fazer parte da Mesa.

Neste momento, convido o Deputado Nilson Leitão a fazer parte da Mesa, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, como Relator desta CPI.

Peço a atenção dos Srs. Deputados para alguns esclarecimentos.

Informo aos Parlamentares que a próxima reunião será destinada à apresentação, pelo Relator, do seu roteiro de trabalho e à deliberação de requerimentos.



Lembro que os requerimentos poderão ser apresentados, a partir de 2 horas após o término desta reunião, na Secretaria da CPI, Anexo II, sala 165-B.

Os requerimentos deverão ser apresentados até as 18 horas do dia anterior à reunião, para fins de publicação na Ordem do Dia das Comissões.

Solicito aos Srs. Deputados que desejarem apresentar nomes para oitivas, inquirições e depoimentos de autoridades em audiências públicas que apresentem requerimentos por escrito, determinando a condição em que o depoente comparecerá à reunião. Lembro que autoridades e outros palestrantes poderão ser convocados ou convidados, e que testemunhas investigadas serão intimadas, na forma da lei.

Requerimentos de diligência e solicitações de quebra de sigilo, além de outras medidas previstas na Lei Processual Penal, deverão ser encaminhados com a respectiva fundamentação, justificando a necessidade da medida.

Peço ainda aos nobres pares que se inscrevam para falar e que declinem seus nomes para efeito de identificação junto à Taquigrafia.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela recondução ao cargo.

É importante que esta CPI finalize ainda este ano. Teremos alegria em acolher todas as informações, encaminhamentos, denúncias e oitivas que precisam ser feitas nesta Casa.

Parabéns à nova Mesa Diretora! Agradeço a confiança pela escolha do meu nome para relatar esta importante CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concedo a palavra aos Deputados que dela quiserem fazer uso: Deputado Valdir Colatto, Deputado Nilto Tatto e Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Deputado Alceu Moreira, eu queria cumprimentá-lo por mais uma vez tomar posse como Presidente desta CPI. Espero que consigamos encerrar concluindo tudo aquilo que nos propomos a fazer junto com o Deputado Nilson Leitão, que é o nosso Relator, e com os Vice-Presidentes Luis Carlos Heinze, Nelson Marquezelli e Mandetta.



Enfim, acho que há muito trabalho pela frente. Por isso, convoco todos a trabalhar firme e forte, para encerrarmos essa questão neste ano.

Hoje pela manhã, nós estivemos com o Senador Dário Berger e com o Ministro da Justiça — nossa preocupação é muito grande — para tratar da questão indígena e buscar uma solução. Ninguém está querendo o conflito, nós temos que achar uma solução. Essa é a responsabilidade do Congresso Nacional, é a nossa responsabilidade, e nós vamos abraçá-la. Com certeza, levantando a situação e, depois, propondo as soluções, nós vamos realmente resolver essa questão.

Agora mesmo, em Santa Catarina, existe um problema muito sério, porque os indígenas da Reserva de Ibirama não estão respeitando os agricultores no Município de José Boiteux. Simplesmente, estão invadindo as propriedades, alegando uma expansão de área e trazendo o conflito generalizado para a região. O Prefeito daquele Município e o Vereador Gilson Lehmkuhl estão aqui hoje para mostrar que não é mais possível esse conflito continuar.

Deputado Nilson Leitão, temos que esclarecer essa situação toda. Esse conflito não pode continuar. Nós temos que eliminar a ideologia e realmente ir para as coisas concretas. Esta Casa tem a responsabilidade de, dentro desta CPI, propor as soluções. Espero que elas surjam, a partir do trabalho de cada um de nós. Com a Presidência do Deputado Alceu Moreira, com certeza nós vamos chegar ao final desta CPI com o relatório, mostrando a realidade. Se houver coisa errada, nós temos que corrigir, porque é disso que o Brasil precisa, é isso que se exige de nós neste momento. E não vai ocorrer outra coisa nesta CPI, tenho certeza, com o trabalho de cada um.

Desejo sucesso à Mesa e a todos os colegas que vão trabalhar nesta CPI.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Em tempo, eu quero já designar o Deputado Valdir Colatto e a Deputada Tereza Cristina como Sub-Relatores, para nos auxiliar na investigação tanto do INCRA quanto da FUNAI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem a palavra o Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, primeiro eu queria registrar que nós ainda não fomos devidamente esclarecidos sobre o início da votação. Ainda



há dúvida com relação ao quórum de 15 ou 16 presentes. Então, nós aguardamos o mais breve possível uma resposta a esse questionamento.

Outra coisa que eu queria deixar registrada é que a composição da direção da CPI, eleita hoje, demonstra claramente que estamos vislumbrando os mesmos vícios da CPI anterior, que não teve condições nem de cumprir o seu objetivo de produzir um relatório. Nós temos o entendimento de que esta CPI incorre no mesmo erro da anterior, porque não tem objetivo claro, não tem objeto claro. Portanto, sua composição mostra claramente que um setor desta Casa instalou-se nesta Comissão para fazer política.

Eu acho estranho, numa CPI para olhar a FUNAI e o INCRA, que os membros da direção da Comissão sejam da base do Governo hoje. Eu quero saber se nós vamos avaliar aqui, desde o primeiro dia, por que houve uma redução drástica no orçamento da FUNAI para 2017. Eu quero saber se nós vamos avaliar aqui por que se interrompeu, em muitos lugares, a assistência à saúde dos indígenas. Tanto é que estão em Brasília hoje cerca de 500 indígenas, que estão vindo para cá, justamente por causa da paralisação desses programas.

Quando eu vejo a composição desta Comissão, quando vejo que não há espaço nenhum para conversa sobre a composição da Comissão, identifico que esta CPI novamente vai ter o intuito de criminalizar, de intimidar entidades de apoio às organizações indígenas e quilombolas, de criminalizar antropólogos, de criminalizar professores, de criminalizar lideranças indígenas e quilombolas e dos movimentos sociais do campo, de intimidar, da mesma forma como vinha fazendo anteriormente. Portanto, ela não vai trazer nenhuma contribuição para esta Casa, para a sociedade brasileira, para o Estado Brasileiro. Sabemos que o INCRA e a FUNAI carecem, sim, de investimentos, de recursos, para poderem atender adequadamente as políticas públicas para as populações a quem elas têm que atender e que estão desviadas nessas áreas do Estado.

Então, eu quero deixar registrado aqui, Presidente, que a sua pessoa, inclusive, não teve, em momento algum, durante o processo de instalação desta nova CPI, abertura para o diálogo. Nós não vamos aceitar de forma alguma que V.Exa. venha incorrer nos mesmos erros que incorreu na CPI anterior, do ponto de vista da atitude, do ponto de vista do procedimento, ignorando a minoria desta CPI.



Espero muito que V.Exas. estejam investidos aqui para buscar saídas para o melhor atendimento por parte do INCRA e da FUNAI. Mas não é isso que está transparecendo, na forma como foi montada a diretoria desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado Nilto Tatto.

Tem a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente Alceu Moreira, eu queria cumprimentar V.Exa., o Relator, os Sub-Relatores e também os colegas que me honraram com o seu voto para 1º Vice-Presidente da Comissão.

Colegas Parlamentares, dá para dizer que, desde a primeira fase desta CPI e agora, na segunda fase, o Brasil está sendo passado a limpo, doa a quem doer. Ninguém podia imaginar que os maiores empresários do Brasil e do mundo estivessem presos desde o ano passado, lá em Curitiba.

Deputado Josué Bengtson, V.Exa. é do Estado do Pará e sabe dos problemas que têm o seu Estado.

Deputado Valdir Colatto, aqui está a Deputada Tereza Cristina, que vem do terceiro Estado em produção do Brasil, que hoje está num estado lamentável, em função dessa barafunda que nós estamos vendo agora.

Infelizmente, nós estamos vendo hoje, Deputado Sperafico, Deputado Marcon, no Rio Grande do Sul, ali no Passo Grande do Forquilha — e o Deputado Alceu Moreira conhece o assunto —, novamente índios ameaçando 181 famílias de pequenos produtores que querem plantar as suas lavouras.

Em que áreas plantam, Deputada Tereza Cristina? Plantam 5 hectares, 10 hectares, 20 hectares. Os índios estão ameaçando botar fogo na reserva para que os produtores não plantem. Querem pegar as suas plantadeiras. Pelo amor de Deus, isso não pode ficar assim. No Brasil está havendo esse processo.

Nós temos a responsabilidade, não interessa de que partido sejamos, de colocar essa coisa a limpo. Já afastamos uma Presidente da República, já afastamos um Presidente desta Casa. Não interessa, doa a quem doer, Deputado Colatto, a responsabilidade tem que ser atribuída a alguém, seja a nós, seja a quem for. Por isso, o trabalho desta CPI está nesse alinhamento, e é o que temos que fazer.



Deputado Adilton Sachetti, V.Exa. conhece o seu Estado e sabe o que aconteceu em Mato Grosso especificamente.

Então, nós temos que fazer a nossa parte, e essa é a nossa responsabilidade. Não é contra ninguém, mas em favor do Brasil que nós temos que fazer a nossa parte. Estamos vendo o que está acontecendo aí com índios.

Deputado Colatto, nós estivemos lá em Chapecó e ouvimos os índios do seu Estado falando. Eles clamavam, eles nos faziam pedidos. O que nós queremos os índios querem também, não é contra os índios. Lá no Rio Grande do Sul, um cacique recebe pelo arrendamento de 8 mil hectares de terra — 8 mil hectares! Qual é o latifundiário que tem 8 mil hectares de terra? E o dinheiro fica para ele e para meia dúzia de apaniguados dele. Isso não está certo. Nós queríamos que índios que estão aqui entendessem que, se esse dinheiro do arrendamento fosse para todos os índios, estaria o.k., mas não é assim. É para meia dúzia. O que nós queremos é que todos possam ter esse direito, inclusive do que nós venhamos a fazer.

Portanto, novamente é nossa responsabilidade, e vamos conduzir isso com isenção, doa a quem doer, mesmo se for o Deputado, se for a entidade A ou B. Tem sido assim nas outras CPIs que esta Casa fez.

Então, essa é a nossa responsabilidade, e vamos seguir neste trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado Luis Carlos Heinze.

Com a palavra o Deputado Valmir Assunção.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero primeiro afirmar aqui que a estratégia desta CPI é muito nítida. Esta CPI é uma consequência da CPI anterior. A CPI anterior não cumpriu o relatório. O Presidente e o Relator são os mesmos. Então, é lógico que os métodos vão ser os mesmos, sem nenhum espaço para dialogar, debater, discutir.

Aqui não se trata — e disso eu não tenho dúvida —, como diz a maioria que está nesta CPI, de tentar resolver os problemas existentes no INCRA e na FUNAI. Não é isso! Se fosse isso, não cortariam o dinheiro da FUNAI; se fosse isso, não acabariam com a Ouvidoria do INCRA, que era responsável por mediar os conflitos. E eu não vi ninguém da bancada ruralista ou desta CPI se posicionar sobre isso. Por



quê? Porque é justamente o conflito, o sangue, a violência que interessa a alguns. Essa é a grande realidade.

Eu espero, sem dúvida nenhuma, que nós possamos aqui, ao contrário do que aconteceu no período passado, construir uma relação que nos permita dialogar, para que possamos melhorar a estrutura da FUNAI e do INCRA e atender à população brasileira. Mas eu sei que, no fundo, no fundo, querem criminalizar os movimentos sociais, tanto o dos sem-terra como o dos indígenas.

Nós vimos dados de uma operação da Polícia Civil do Paraná lá em São Paulo, na Escola Nacional Florestan Fernandes, sem mandado nenhum, sem nenhuma justificativa. Foram lá a mando do Governo do Paraná, que é do PSDB, e também do Governo de São Paulo, que é do PSDB, para prender pessoas supostamente do MST, que são do Paraná. No Paraná há ocupação de uma área que foi grilada pela Araupel, e isso já foi comprovado pelo INCRA e pela União.

Ao mesmo tempo em que os Governos estão protegendo, defendendo a grilagem, há quem venha aqui dizer que querem defender o índio, o trabalhador! Isso é história da carochinha, que não serve para nós.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Assis do Couto.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Saúdo o Deputado Alceu Moreira, os componentes da Mesa da CPI, os demais Parlamentares presentes e as lideranças que acompanham a instalação desta CPI.

Primeiro eu queria afirmar, Sr. Presidente, que estou aqui no quarto mandato e é a primeira vez que participo de uma CPI. Talvez eu tenha sido nomeado, mas não me lembro de ter participado de um debate de CPI. Eu acho que não fui nomeado para nenhuma. Nunca me interessei muito no assunto.

Este assunto do INCRA e da FUNAI, ou seja, este assunto indígena e dos sem-terra, dos assentados, dos que já têm terra espalhados no País inteiro, interessou-me pelo debate que houve na CPI anteriormente e pela sua reinstalação.

E aproveito para agradecer aqui ao PDT, o meu partido, que me indicou para participar desta CPI.



Eu quero ser aqui o mais republicano possível. Fiquei preocupado porque o tempo é curto. Parece que se quer encerrar a CPI ainda este ano, mas eu quero entender o que está acontecendo, o que está por trás desse movimento todo.

Todos sabem a minha posição. Eu sou agricultor familiar, pequeno agricultor, filho de gente da roça, nasci e cresci na roça. Tenho o maior apreço e defendo a agricultura familiar, na qual se incluem os assentamentos da reforma agrária, que estão espalhados, como eu já disse, no País inteiro com muito êxito. Muitas famílias hoje, em vez de estarem nas grandes cidades, envolvidas nos grandes problemas sociais que temos, estão produzindo comida no campo. Isso pertence aos assentamentos, à reforma agrária, que têm muito mais sucesso do que fracasso. Há alguns problemas, como em todas as áreas, mas também se tem alcançado muito sucesso.

Prezo muito essa história construída e esse bem que os poucos avanços da reforma agrária fizeram ao País. Então, eu faço aqui a defesa de uma posição de princípios a partir da lógica daquilo que eu vejo.

Em relação à questão indígena, é da mesma forma. No entanto, Presidente Alceu, eu estou incomodado, como com certeza muitos também estão no Rio Grande do Sul, porque há conflitos muitas vezes desnecessários. Não sei se a CPI consegue resolver esse conflito entre pequenos agricultores e indígenas. Lamentavelmente, os dois sofrem, tanto as famílias dos agricultores quanto os indígenas. Nesse ponto eu também sou um dos incomodados. Eu gostaria que isso não acontecesse em nosso País. Famílias que estão na área há 50, 60, 70, 80 anos hoje estão sendo retiradas dessas áreas por conta da conclusão que se chegou de que são áreas indígenas.

No entanto, eu acho que aí se colocam dois segmentos frágeis da sociedade em conflito: o indígena e o agricultor. Eu defendo que nós precisamos achar uma solução. Não podemos estabelecer, radicalizar ou fortalecer esse conflito — como já disse — entre dois setores frágeis da sociedade muito desprotegidos e com muitas necessidades de ter aquele chãozinho para viver. Esse aspecto nos preocupa. Espero que esta CPI ajude nesse sentido.

No mais, Sr. Presidente, estou aqui à disposição. Vou procurar juntamente com a minha bancada e com o nosso partido, o PDT, fazer o melhor para os



agricultores, para os indígenas e para o nosso País. Por isso, estou participando desta CPI, desprovido de qualquer posição política e ideológica, sempre defendendo os meus princípios e também os princípios que norteiam a atuação do Partido Democrático Trabalhista, o PDT. Estou aqui à disposição dos membros desta CPI e do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. é muito bem-vindo, Deputado, sem sombra de dúvida.

Com a palavra a Deputada Tereza Cristina.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Presidente Alceu, quero parabenizar V.Exa., os três Vice-Presidentes e o Relator pela reabertura desta CPI, tão rica em material levantado. Eu tenho certeza de que poderemos fazer um ótimo relatório ao final desta nova CPI.

Ouvi atentamente o discurso do colega da Oposição, afirmando que esta CPI não tem fato determinante, enfim tudo que eles falavam lá atrás. Eu gostaria de dizer que existem fatos relevantes sim, tanto da parte da FUNAI quanto da parte do INCRA. Eu acho que esta CPI será benéfica para que possamos acertar os pontos do que vai sair desse material coletado e dos problemas encontrados nesse farto material que nos foi passado ao longo deste ano.

O INCRA, no qual mais me ative, tem uma série de problemas, entre eles a desorganização e os erros de uma política pública que não ajudou na maioria dos assentamentos. O Deputado afirma que os assentamentos deram certo. Eu digo que eles podem ter dado certo no Rio Grande do Sul. No meu Estado, o Mato Grosso do Sul, se eu for contar os assentamentos que deram certo, não vou precisar dos dez dedos das minhas mãos.

E os que deram certo carecem agora de uma medida urgente, que é verificar os produtores que estão regulares e entregar-lhes os títulos e também reconhecer a titularidade daqueles que disseram que compraram e estão lá produzindo. Agora, eu tenho certeza de que é esta CPI, depois da conclusão, que vai nortear essa situação.

Eu quero, também, esclarecer outra coisa, Presidente Alceu: por que hoje não está chegando o dinheiro para a saúde indígena? Porque há problemas em todos os



lugares. Vai chegar, mas precisava ter um freio de arrumação nisso aí. Eu recebi, semana retrasada, 16 caciques do meu Estado, de quase todas as etnias — acho que só duas etnias não vieram a Brasília para discutir a saúde indígena —, e eles nos contaram coisas estarrecedoras.

Eu estive conversando com eles na Casa Civil, e eles contaram coisas estarrecedoras, inclusive sobre as ONGs que dizem que apoiam os indígenas. Eles inclusive falaram o seguinte: “*Tem que acabar com o CIMI.*” Isso era unânime entre os 16 caciques. Aliás, vou apresentar um requerimento para que eles venham aqui dar um depoimento à CPI.

Tem gente satisfeita, tem gente insatisfeita, como em todos os lugares. Mas, eu quero dizer que nós temos a oportunidade, com o final desta CPI, de passar uma régua e realmente saber o que aconteceu, porque a má gestão nos dois órgãos era generalizada e ainda vai levar um tempo para se arrumar isso.

Esta CPI vai identificar os pontos em que o Governo tem que mexer, para que esse recurso chegue à ponta, que é o atendimento aos indígenas na saúde, na educação, na compra de terra. Mas não se pode fazer essas demarcações de maneira irresponsável, como foram feitas ao fim do Governo anterior. Pegaram uma área extensa no meu Estado, onde índios estão sendo mortos, num conflito inevitável. Quem vai à guerra corre o risco de morrer; quem se propõe a atacar vai ser atacado.

Esse conflito poderia ter sido evitado, não o foi porque houve o incitamento, inclusive, de pessoas desta Casa para que isso acontecesse. E estão lá pequenos produtores fora da sua propriedade, com os seus bens dizimados. Os índios também estão fora das suas aldeias, porque foram arrebanhados, inclusive, no país vizinho. E está lá a desordem armada: ninguém produz, ninguém pode ter vida digna, nem os pequenos produtores, nem os grandes produtores, e muito menos os indígenas.

Precisamos acabar com essa hipocrisia aqui e resolver essa situação. Temos de pôr o dedo na ferida e arrumar a casa, sim. Eu espero que consigamos, Deputado Alceu Moreira, até o começo do ano que vem, votar a PEC 215, porque ela não é a PEC da morte, não; ela é a PEC que vai ordenar uma nova política pública para essa população indígena que dela tanto necessita e para esses produtores que são, às vezes, arrancados de suas propriedades.



Desejo sucesso à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Muito obrigado, Deputada Tereza Cristina.

Com a palavra o Sr. Deputado Adilton Sachetti.

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - Boa tarde, Sr. Presidente Alceu Moreira. Primeiramente, quero cumprimentar V.Exa., o nosso Relator, os Sub-Relatores e todos os colegas que fazem parte desta Comissão.

Acho de extrema importância retomarmos essa discussão. Acho que nós precisamos, de forma clara e transparente, discutir o nosso País com uma nova ótica, com uma nova visão.

Primeiramente, precisamos discutir com a visão da transparência, com a visão da verdade. Não dá mais para continuarmos no “me engana que eu gosto”. Os problemas estão aí, e estão ocorrendo todo dia. Eu fico, muitas vezes, preocupado por que muita gente não quer que se coloquem as coisas a limpo. Por que há esse preconceito na criação de uma CPI que só quer buscar a verdade e a transparência?

Eu vejo um problema gravíssimo ocorrendo no INCRA. Criaram-se programas de regularização fundiária. No Brasil inteiro, nós temos problemas, principalmente na região da Amazônia e Amazônia Legal, com títulos que, entra ano e sai ano, criam-se vários programas para fazer a regularização que não saem do papel. E o produtor está lá, esperando isso ser regularizado. Em outra época, sem as ferramentas de tecnologia que nós temos hoje, regularizavam-se terras neste País. Recentemente, fica só no “me engana que eu gosto”, e ninguém toma uma providência. Isso, falando do INCRA.

A questão das ocupações, que a Deputada Tereza Cristina colocou, assim como já vários colocaram aqui, isso é uma coisa recorrente no País inteiro. É hora de passar a limpo a reforma agrária. Tem que se dar valor ao produtor, tem que se dar valor ao pequeno; mas, primeiramente, tem que respeitá-lo, tratá-lo com dignidade e não colocá-lo em cima de uma terra, não lhe dar assistência, não fazer nada, não lhe dar documento e deixá-lo jogado, como temos em nosso Estado mais de 500 assentamentos jogados para as cobras, sem ninguém ir vê-los, sem ninguém fazer uma assistência, sem ninguém dar a eles condições de viver. E



criam-se assentamentos em lugares que não há a menor chance de não ter só subsistência. E ninguém discute. Deu-se a terra, deu-se a terra.

Isso precisa ser esclarecido. É preciso ver onde estão os assentamentos que deram certo, tomá-los como experiência e saber o porquê de não estar dando certo aqueles que não estão dando. Por que este medo de se fazer uma CPI?

E, aí, nós vamos falar da FUNAI, da falta de transparência da FUNAI. Falo como gestor que fui, quando Prefeito, e recebia dinheiro da saúde indígena. Ao meu gabinete chegou uma ONG dizendo o seguinte: *“Do dinheiro que vem para a saúde indígena, o senhor fica com a metade e faça a gestão que quiser; a outra metade, o senhor passa para a ONG tal, e o senhor não precisa prestar conta; nós prestaremos conta de tudo”*.

Mesmo eu não concordando, desviaram o dinheiro do nosso Município, encaminharam para outro Município, e iludiram o Prefeito. O Prefeito foi parar na cadeia. Este é o jogo que tem hoje aí. Este é o jogo que precisa ser desbaratado. Tem muita gente com interesse por trás da FUNAI querendo se passar de apoiador dos índios, mas, na realidade, usa os índios como massa de manobra.

Eu não vejo os grandes apoiadores, que vêm aqui e fazem lindos discursos, preocupados com a alimentação das famílias indígenas, que muitas vezes passam fome dentro de uma reserva de 1 milhão de hectares, 2 milhões de hectares, 5 milhões de hectares.

É isto que tem que ser discutido agora: que tipo de política indígena nós queremos para nosso País? Queremos copiar os outros e dizimar as populações indígenas? Ou queremos, sim, construir uma nova realidade, criar uma consciência de respeito às comunidades indígenas, de valorização dos indígenas, de dar a eles a oportunidade de ter uma vida digna, integrada à nossa sociedade, e não tratá-los como animaizinhos em jaulas?

Tem um pajé na minha cidade que é meu padrinho de batismo — eu sou batizado como índio — que diz que se sente um passarinho dentro da reserva; um passarinho preso numa gaiola. Lá não pode fazer mais do que cantar. Se ele fizer alguma coisa, existe IBAMA, existe uma série de entidades que vão lá impedi-lo de matar uma ave, porque ele era acostumado a caçar na sua vida privada antes. E



agora não lhe dão condição de sequer viver, porque não tem comida para comer. Passa fome.

Então, é dessa forma, que nós queremos uma política indígena? Ou nós vamos esclarecer a verdade que está por trás desses apoios internacionais às políticas indígenas aqui no nosso País?

Nós vemos aí várias situações de interesse exclusivo externo. E aqui me surpreende que muitos Deputados façam a defesa incondicional de não deixar haver nenhuma mudança. A serviço de quem está esse povo? Com que régua eles medem todos os Deputados aqui dentro?

Eu ouço muitas vezes palavras ditas, porque nós pertencemos a um setor, como se já estivéssemos condenados antes de começar uma discussão, que nós vamos fazer coisa errada. Isso não pode. Nós queremos buscar a verdade. E dentro da verdade vamos desprover os espíritos e vamos para o diálogo.

Eu acho que temos que buscar, sim, uma convergência. Nós temos que buscar uma nova realidade. E a CPI vem nesse sentido, Deputado Alceu. Eu quero ser parceiro no sentido de esclarecer o que está mal feito e de buscar uma nova política para o nosso País. Isso é fundamental e necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado Sachetti.

Concedo a palavra ao último inscrito, Deputado Marcon.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, Srs. Deputados, daria para nomear, porque eu participei da outra CPI, que esta é a CPI do continuísmo, da raiva contra os pobres. É isso. Esta CPI não tem nem objetivo de dizer *“eu quero ajudar os índios, eu quero ajudar os quilombolas, eu quero ajudar os sem-terra”*.

O meu mandato tem ação de recursos para essa população, porque eu quero que os assentamentos, que as comunidades possam ser de cidadãos melhores ainda amanhã ou depois.

Eu não vejo ninguém da CPI chapa branca aqui que tenha postura e ações com esse povo. Pelo contrário, tem lado com raiva, com rancor, com ódio dos pobres. E esses são os pobres.



Se fôssemos falar do INCRA, nós teríamos que falar aqui sobre regularização fundiária. Não tem problema, vamos fazer. Vamos botar recursos para fazer estrada, para botar água, para fazer aquilo que precisa ser feito, fazer o que nós podemos para que esse povo possa avançar.

Mas, pelo contrário, nós vemos Deputados chapa branca que estão aqui do agronegócio, da raiva contra os pobres falarem com rancor contra os índios. E depois vêm aqui e dizem: *“Não, eu estou preocupado com isso e aquilo”*. Isso é para quem não conhece esse discurso e a prática.

Eu estou aqui porque vejo que este é um público que sempre sofreu na história e vai continuar sofrendo. Esta CPI não é para resolver os problemas do (*ininteligível*). Pelo contrário, é para destruir a pouca organização que esses povos têm nas suas áreas de trabalho. É isso. Está muito bem claro nesta CPI. Eu conheço aqui, uns mais e outros menos, sei da história e sei quem defendem, e vocês sabem quem eu defendo também. Eu tenho lado. Meu lado é defender aqueles que mais precisam. E esta CPI não tem esse encontro. Pelo contrário. Esta CPI existe para penalizar quem ajuda esse povo. É isso. Uma CPI que terminou e não conseguiram fazer o relatório, mas fizeram muito barulho. Foram às áreas indígenas botar uns contra os outros, como aconteceu no Rio Grande do Sul, e não conseguiram fazer o relatório.

Agora, fazem mais uma CPI do continuísmo e da chapa branca? Quem é do Governo vai fazer CPI para quê? Vão fazer CPI para ir aonde? Que tal discutirmos os problemas da FUNAI, do INCRA e das comunidades?

Na semana passada, a imprensa noticiou que os colonos são mortos e, depois, os que ficam vivos são presos. O engraçado é alguém do mesmo time que fica vivo ter que explicar por que o cara morreu, sendo que foi morto pelo Governo e pelos jagunços numa área do Governo Federal no Paraná.

Em São Paulo, o Chefe da Casa Civil conseguiu dizer: *“Não, os policiais civis estiveram na Escola Florestan Fernandes, mas não houve decisão do Governo”*. Isso é pior ainda, porque o Governo não tem controle sobre aquilo que deveria ter, assim como o Chefe da Casa Civil.

Então, essas questões me estranham, mas eu sei aonde esta CPI quer chegar: ela quer destruir as organizações populares, os movimentos sociais. Isso



está muito bem claro. Se quisesse ajudar, existem ações para isso. Eu estou aqui, porque eu conheço essas organizações e, mais do que isso, sei por onde anda cada um desses nas suas organizações.

Por que nós não vamos ver a organização desse time que só quer se contrapor aos pequenos e aos pobres? Por que nós não fazemos isso? O dinheiro investido em reforma agrária, nos índios e nos quilombolas é moeda contra o que é investido no agronegócio.

Se nós formos ver quantas áreas do agronegócio não deram certo no passado por este País afora e que contaram com dinheiro público? Quantas e quantos? Há muitos assentamentos que trabalharam a terra e que produzem bastante, e nós temos que nos espelhar nos bons para ajudar aqueles que estão querendo ser melhores no amanhã.

Eu estou aqui com esta intenção. Sei que nós somos minoria e vamos enfrentar um debate de baixaria nesta CPI, cujo objetivo é destruir as organizações que lutam pelos direitos dos povos pobres neste País. É isso que nós vamos enfrentar aqui nesta CPI.

Eu, como militante dos movimentos sociais, passei por isso e sei o que é, vou estar aqui para fazer este debate transparente e honesto. E eu sou daqueles que pensam que quem deve, precisa pagar, mas, aí, não é só para um lado, como nós temos visto na imprensa.

Alguns Deputados falaram que o Brasil está sendo passado a limpo. Eu concordo com isso, mas muitos estão fora da cela e deveriam estar dentro da cela. Espero que aqueles que estão do lado de fora da Operação-Lava Jato sejam também colocados nos seus devidos lugares, como aqueles que já foram denunciados. Parece que a Justiça funciona só para um lado, e eu quero que ela funcione para os dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado.

Não havendo mais Deputados inscritos, eu quero dizer que nós ouvimos todos os Parlamentares e temos o direito de discordar frontalmente de alguns discursos ouvidos aqui.



Ao final desta CPI, a verdade se sobreporá a todo o restante. O discurso vazio vai acabar no lugar que merece: no arquivo do nada. Nós vamos fazer a investigação que deve ser feita, e temos, no mínimo, mais 120 dias para fazer isso.

Quando a CPI buscou quebrar o sigilo bancário de algumas instituições, eles correram como o diabo corre da cruz, pularam como pipoca nessas cadeiras, desesperados! Mas quem não deve, não teme, não é assim? Acabaram de dizer isso aqui. Qual é o problema de se quebrar o sigilo bancário de uma instituição se ela não deve nada?

Então, por que foram para cima do novo Presidente da Câmara, desesperados, para não permitir a prorrogação da CPI, em hipótese alguma? Bom, se não era para permitir essa prorrogação de jeito algum, instalamos outra CPI. Vamos fazer um relatório com absoluta lisura. Não vamos pedir a compreensão daqueles que não querem compreender.

Mas, Deputado Assis do Couto, que está aqui, ouvi seu discurso. V.Exa. vai ter, como todos os Parlamentares, mas, certamente, com dedicação, a Secretaria da CPI para poder vislumbrar cada documento que entrou, o que aconteceu de verdade, o que as pessoas disseram de verdade. Nós vamos ter, com certeza, condição de mostrar à sociedade brasileira o que é verdade. Ao final, vão saber que não prejudicamos um só índio. Muito pelo contrário, vamos evitar que eles fiquem 20 anos à beira de uma rodovia, com seus filhos, passando dificuldade, frio, fome, desconforto absoluto, apenas para ser massa de manobra para alguém poder extorquir dinheiro do Ministério da Saúde, do Ministério tal, como se o índio fosse o signatário. O dinheiro nunca chega ao índio. O bom é que o conflito nunca termina. Seria bom que ele continuasse por 200 anos, porque daí vai se extraído dinheiro dos cofres públicos, pago pela população, e ele vai cair no bolso alheio, tá?

Os quinhentos e poucos milhões destinados à saúde indígena do Mato Grosso do Sul alguém sabe para onde foram? Nós vamos querer saber tudo isso.

O Deputado Josué Bengtson me disse que os índios de São Félix estão fazendo uma picada no meio da área demarcada, para dizer o seguinte: *“Nós só queremos esta área. Aquela área ali nós não queremos mais, ela não nos interessa, nunca a pedimos.”* Mas quem a demarcou? Quem a demarcou queria vender o cobre, não era interesse indígena. Agora, os próprios índios estão demarcando a



terra e vêm aqui devolvê-la: *“Nós não queremos esta terra. Ela não nos interessa. Somos mil índios. Por que 900 mil hectares? Ela não nos interessa.”*

A Deputada Tereza Cristina disse que há também 16 caciques.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, com certeza, vai querer conversar com os índios, com os índios de verdade, ouvir com respeito as posições deles e buscar uma solução. Certamente, não vamos nos prestar a servir de palco, a ouvir alguém treinado antes para dizer o que aqueles que sentaram aqui há pouco tempo querem que diga. Isso nós não vamos fazer — certamente não!

As investigações serão feitas. Vamos complementar as investigações do Maranhão, as da Bahia, que não foram complementadas. Vamos fazer tudo o que tem que ser feito, na forma da lei.

Se nós temos a diretoria desta CPI, é porque esta Casa tem todo o respeito pela minoria, mas faz o exercício da maioria. Quem quiser instalar uma CPI, que tenha a maioria. Nós temos a maioria; por isso, elegemos esta Presidência aqui, aliás, sem concorrência. Não apresentaram sequer um nome para concorrer, poderiam ter apresentado.

Então, quero deixar este encaminhamento: conforme o Regimento, comunicaremos aos membros da CPI a próxima reunião. A CPI vai começar de onde parou — exatamente de onde parou.

E vamos fazer a quebra de sigilo bancário. Antes, porém, vamos apresentar requerimento para revalidar todos os documentos que a outra CPI produziu. Vamos revalidar todos os documentos, conforme prevê o Regimento, e trazê-los de volta para cá. Vamos pedir a quebra de sigilo, de acordo com requerimento que já havia na CPI — sei que Parlamentares querem fazer isso. E vamos fundamentar por que estamos pedindo a quebra de sigilo bancário de cada instituição, uma por uma.

Certamente, nesses 120 dias que temos, interrompidos que serão pelo período de recesso, vamos ter condição de ouvir outras instituições.

A Secretaria informará aos senhores a data e local da próxima reunião. Nós já convocamos os membros desta Casa que farão parte da assessoria técnica da CPI, que, em princípio, são os mesmos da outra CPI. E para aqueles que são de assessoria externa, que também comporão o corpo técnico para fazer um estudo



profundo sobre o relatório, os indiciamentos, nós precisaremos, então, de requerimento, que será aprovado neste plenário.

Deputados, eu ouvi aqui algumas denúncias de que nós havíamos indiciado pessoas durante a CPI. Como não fazê-lo? Se alguém faz uma denúncia velada de que alguém é criminoso por isso ou por aquilo, escreve-a e assina embaixo, o que faço eu? Vou prevaricar? Fico sabendo que existe essa denúncia e não faço nada? Eu a encaminho a quem de direito, que é a Polícia Federal. Não precisava nem de CPI. Se me informassem, em qualquer lugar da rua, de uma denúncia com documento assinado, eu teria que fazer isso. Foi dessa forma que fiz. Não há absolutamente nenhuma denúncia vazia, sem denúncia prévia.

Nada mais havendo a tratar, convoco os membros desta CPI para reunião ordinária destinada a definir o roteiro de trabalho, que estará no gabinete dos Srs. Parlamentares antes da próxima reunião. O acordo de procedimento também estará disponível para todos os Parlamentares. Não vou lê-lo, porque foi lido também na outra CPI. O acordo de procedimento é rigorosamente o mesmo. Portanto, darei conhecimento a todos os Parlamentares.

Desta forma, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião.